

CAPÍTULO 11

OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO PIAUÍ



<https://doi.org/10.22533/at.ed.7151325250211>

Data de aceite: 23/04/2025

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI).

Identidade cultural; Historiografia.

OCCUPATION AND SETTLEMENT OF PIAUÍ

Abstract: This article proposes a reflection on the importance of valuing the local history of Piauí as an essential tool for strengthening cultural identity and fostering a sense of social belonging. Based on journeys through historical and cultural trails of the state, the research highlights how Piauí, despite its rich historical heritage, remains largely unknown to its own population, even in the 21st century. Drawing on previous studies and current investigations, the work emphasizes the need to break the historical invisibility of the state, proposing an approach that transcends academic boundaries and contributes to the construction of a collective legacy. By documenting and disseminating the history of Piauí, this study opens the way for the expansion of available bibliographic sources, promoting the democratization of knowledge and strengthening Brazilian historiography.

Keywords: History of Piauí; Cultural identity; Historiography.

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre a importância da valorização da história local do Piauí como ferramenta essencial para o fortalecimento da identidade cultural e construção do pertencimento social. A partir de percursos realizados por trilhas históricas e culturais do estado, a pesquisa evidencia como o Piauí, apesar de sua riqueza histórica, permanece amplamente desconhecido pela própria população, mesmo no século XXI. Com base em estudos anteriores e investigações atuais, o trabalho destaca a necessidade de romper com a invisibilidade histórica do estado, propondo uma abordagem que transcende os limites acadêmicos e contribui para a formação de um legado coletivo. Ao documentar e divulgar a história piauiense, abre-se espaço para a ampliação das fontes bibliográficas disponíveis, promovendo a democratização do conhecimento e o fortalecimento da historiografia brasileira.

Palavras-chave: História do Piauí;

INTRODUÇÃO

Percorrer as trilhas do Piauí, vem sendo um trabalho recorrente que atravessam as linhas das minhas pesquisas, atuais e anteriores. Objeto inesgotável de possibilidades de pesquisa, “a história do Piauí, ainda na atual contemporaneidade, em pleno século XXI, permanece desconhecida para a maioria da população”¹. Escrever sobre esse tema, transcende o espaço acadêmico, trata-se de contribuir para um legado significativo para a sociedade, o campo histórico e a historiografia brasileira. A valorização da história local, fortalece a identidade piauiense fomentando o sentimento de pertencimento, documentar sobre o passado nos possibilita garantir que as futuras produções de conhecimento possuam uma vasta bibliográfica para pesquisas.

Antes de qualquer análise histórica sobre o sertão piauiense, se deve definir o espaço geográfico dessa região. Desse modo, o presente tópico, pretende mergulhar sobre a historiografia do Piauí e perceber como se deu a formação social, política e econômica, a fim de relacionar esses pontos até chegarmos à temporalidade histórica da presente pesquisa. Por mais extensa que a tese seja, não consegue abranger os diversos caminhos que a história do Piauí nos leva, ela é rica de nuances que nos ajuda entender os processos desde o período colonial até a contemporaneidade.

Gostaria de iniciar os debates analisando a nomenclatura do nome Piauí². A origem do nome é um tema de debate entre historiadores, com diversas teorias que buscam explicar sua etimologia. Os estudos sobre o assunto se baseiam em relatos de viajantes e outras fontes históricas dos séculos XVII a XIX. A maioria dos pesquisadores concorda que o nome “Piauí” está relacionado a um rio que era rota obrigatória para os colonizadores. A importância dos rios na colonização do território piauiense é inegável, já que os primeiros assentamentos surgiram às suas margens. Outra teoria propõe que o nome se origina da abundância do peixe “Piau”, caracterizado por sua pele manchada, nos rios da região. Além disso, há a influência dos povos nativos, que já denominavam a região como “Piagüí”. Essa palavra evoluiu para “Piagol” e, posteriormente, “Piauí”. A origem tupi é reforçada pela interpretação de que “Piau” significa peixe e “í” denota a presença indígena.³

Para compreender a formação da sociedade piauiense, é necessário analisar as experiências cotidianas dos diversos grupos que habitaram a região, incluindo brancos,

1. SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. História do Piauí. 2. ed. Teresina: Halley; Zodíaco, 2018.

2. O Estado do Piauí é atualmente um dos nove estados que formam a região Nordeste do Brasil, ocupando o trecho ocidental dela. Ele forma, juntamente com o Estado do Maranhão, a região denominada o Meio Norte ou Nordeste Ocidental. O território piauiense ocupa cerca de aproximadamente 252.378 km² (16,2 %) dos 1.548.672 km² que constituem a região Nordeste do Brasil. É o terceiro maior estado nordestino em termos territoriais, inferior apenas à Bahia e ao Maranhão, e o décimo estado brasileiro, respondendo por 2,9 % do território nacional. Sua grande distância latitudinal causa problemas como a dificuldade de comunicação entre os setores dirigentes e o extremo Sul. As grandes distâncias a serem vencidas têm gerado desejos separatistas entre os municípios que pertencem ao Piauí, como é o caso da discussão acerca da criação do Estado do Gurguéia localizado ao Sul do território (60% da área; 25,79% da população). Fundação CEPRO. Piauí em números. 9.ed. Teresina, 2012. p. 11.

3. COSTA, Francisca Raquel da. Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888). Doutorado (Tese em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

indígenas e africanos escravizados. Este texto pretende explorar o trabalho, migração e seca no sul do Piauí, durante o século XIX. Para isso, é fundamental contextualizar a temática na formação histórica do território piauiense, abordando os aspectos econômicos, sociais e políticos que moldaram a região ao longo do tempo.

Não pretendemos esgotar as discussões sobre a colonização do Piauí, pois nosso foco é o século XIX. Muitas características da formação do Piauí durante a colonização se mantiveram na experiência provincial. A pecuária, por exemplo, continuou sendo a principal atividade econômica até o final do século XIX, complementada pela agricultura e pelo uso de trabalho escravo, temas que serão abordados posteriormente.

O Piauí do século XIX, é resultante de todos os aspectos catalizadores desde sua colonização. Revisitando o período colonial, quando o território foi ocupado para expandir a pecuária, o Piauí se destacou como um importante fornecedor de carne e outros produtos. A historiográfica nos permitiu pensar que essa atividade econômica foram uma das importantes causas da ocupação e estruturação social, marcada também pela concentração de terra e pela exploração do trabalho escravista.

Observando a historiografia, a ocupação das terras brasileiras pelos europeus, é recente os escritos que abordem os sertões, os primeiros eventos são abordados de forma unilateral, privilegiando os “heróis”. Uma economia voltada para a criação de gado, formou-se uma civilização no curso das boiadas, construindo uma relação intrínseca entre os criadores e os consumidores. Se faz necessário salientar que este presente tópico, traremos o tema da ocupação, povoamento e economia, a medida em que se faz importante para compreensão do nosso local de pesquisa.

Segundo Furtado (2003), a criação de gado, a medida como se desenvolveu na região do nordeste e posteriormente no sul do Brasil, tornou-se uma atividade econômica de características distintas da unidade açucareira. Desde os séculos XVI e XVII que a principal atividade econômica dessa região era a pecuária, na pecuária, a ocupação da terra foi extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e as distâncias dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente; as inversões fora do estoque de gado, sendo mínima, pois densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixa. Além disso, a forma como se realizava a acumulação de capital na economia criatória induzia “a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupação – independente das condições de procura”.⁴

Outro ponto interessante apresentado por Furtado, refere-se aos questionamentos voltados para as possibilidades de crescimento econômico em torno da criação de gado. A teoria apresentada pelo autor, trata de uma capacidade empresário que não sofria obstáculos na sua expansão, ou seja, o trabalhador que necessitava de recursos, o trabalho surgia de forma atraente mais do que as ocupações disponíveis na economia açucareira. Ao passar

4. FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: edição fundo de cultura, 1959, (2003, p.63).

do tempo, o home que passava uma certa quantidade de anos naquela função, possuía “direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria”⁵.

A possibilidade de crescimento extensivo exclui qualquer preocupação de melhora de rendimentos. Por outro lado, como as distâncias vão aumentando, a tendência geral é no sentido de redução da produtividade na economia. Dessa forma, excluída a hipótese de melhora nos preços relativos, à medida que ia crescendo a economia criatória nordestina, a renda média da população nela ocupada ia diminuindo, sendo particularmente desfavorável a situação daqueles criadores que se encontravam a grandes distâncias do litoral.⁶

É evidente que as dinâmicas de funcionamento das duas atividades econômicas tem suas distinções, o que Celso Furtado aborda em que a atividade criatória nordestina se formou como projeção da atividade açucareira, porém, que existem distinções bem acentuadas, tornando-as, posteriormente, atividades com características específicas. Desse modo, através dos caminhos percorrido pelo gado, inicia-se a penetração no interior durante o século XVI.

A criação de gado – na formação em que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil – era uma atividade econômica de características radicalmente das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime das águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesmo como realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições de procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro.⁷

Cabe ressaltar que o processo de interiorização da Capitania do Piauí, é composto por fatores políticos, econômicos, entre outros, ocorreu de modo lento e gradual, pois adentrar esses espaços demandava recursos e táticas eficientes de enfretamento a resistência de nativos. De acordo com Lima (2016), “prestígio, papel, tinta e violência resumem os mecanismos predominantes de obtenção e controle das propriedades do primeiro século de ocupação do Piauí”⁸.

Antes da instalação de capitania, a região era conhecida como Sertão de Rodelas, podendo ser observado na figura 01 – “uma região com limites imprecisos, complexa em aspectos socioculturais e heterogênea no âmbito biogeográfico, abrigando desde secas

5 Furtado, [1959], 2003:63).

6 Furtado, [1959], 2003:65).

7 FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: edição Fundo de Cultura, 1959, p. 70-71)

8 LIMA, S. O. Fazenda: pecuária agricultura e trabalho no Piauí escravista (sec. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016, p. 27)

caatingas aos vales férteis de carnaúbas e buritis⁹. Segundo o autor, uma das principais coisas para formação das rodelas, teria sido o rio São Francisco, pois

a sul, esses sertões alcançavam o rio Carinhanha; a oeste, limitavam-se, talvez, com o rio Parnaíba, já em terras da futura capitania do Piauí; a sudeste, abraçavam parte da serra da Jacobina, outra localidade carregada de fábulas divulgadas por agentes de procedências culturais variadas; e, a leste, culminavam no encontro dos rios Moxotó e São Francisco, ou quem sabe, na cachoeira de Paulo Afonso.¹⁰



Fonte: Arraes, 2016. Desenho do autor segundo informações retiradas dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

9 ARRAES, E. D. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697 – 1761. Anais do museu paulista: história e cultura material, v. 24, p. 259.

10 ARRAES, E. D. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697 – 1761. Anais do museu paulista: história e cultura material, v. 24, p. 259.

Observando a imagem acima e os escritos do autor, ficou perceptível que o Sertão de Rodelas com seus limites pouco definidos, abrangia o interior do Nordeste brasileiro com territórios que hoje fazem parte dos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí. Caracterizada por uma marcante diversidade natural, a área apresentava desde paisagens áridas de caatinga até vales férteis próximos aos cursos d'água, revelando a complexidade de sua constituição. Diante do cenário descrito por Arraes (2016) e a partir de Delson (1997), pode-se observar outros pontos que levaram ao povoamento e ocupação desse local:

[...] o abrimento de diversas linhas de comunicação através da região aumentou a preocupação das autoridades nas duas unidades administrativas do brasil, o estado do maranhão e o estado do Brasil, que abrangiam cada uma parte do nordeste. A comunicação entre a cidade litorânea de São Luís, no maranhão, e salvador, capital do estado do brasil, era incada de dificuldades. Os ventos predominantes tornaram uma viagem marítima contornando o Cabo São Roque muito arriscada, enquanto a alternativa de acompanhar a linha da costa resultava numa viagem demorada e árdua. A solução logica do problema era abrir caminho através do sertão do Piauí, pois assim a distância seria encurtada, tornando a viagem muito mais direta. Contudo, era preciso lutar contra os poderosos do sertão; para que a segurança da estrada pudesse ser assegurada, cumpria pacificar esses barões agrários.¹¹

Essa localidade desempenhou um papel fundamental na expansão do território brasileiro durante o período colonial, servindo como cenário para atividades como a criação de gado, a agricultura e a exploração de riquezas naturais. Ao longo dos anos, o sertão de Rodelas foi palco da interação entre diferentes grupos sociais, incluindo povos indígenas, colonizadores e escravizados, o que resultou em uma rica mistura de culturas e tradições. Com o passar do tempo, essa vasta extensão territorial foi dividida em diversas áreas administrativas, dando origem a pequenas cidades e vilas que se desenvolveram de forma independente. Contudo, a memória do sertão de Rodelas permanece presente na história e na cultura do Nordeste brasileiro, como um testemunho da resistência e da pluralidade de seu povo.

Podemos salientar que, antes da chegada dos europeus, o Sertão de Rodelas já era um território habitado por diversas tribos indígenas, que dominavam técnicas de cultivo e adaptação ao meio ambiente. Com a colonização portuguesa, o território foi remodelado, recebendo novas estruturas e significados, tanto físicos quanto simbólicos, através da construção de povoados e igrejas. A historiografia brasileira nos mostra que essa região abrigava uma grande diversidade de povos indígenas, com culturas e línguas distintas.

A complexidade dessa diversidade era tamanha que cronistas como Gabriel Soares de Sousa¹² reconheciam a dificuldade de descrevê-la em detalhes. Afirma que, “como os tapuias são tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagem, para se poder dizer deles muito, era de propósito e devagar tomar grandes informações de suas divisões,

11 DELSON, R. M. Novas vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, p. 12.

12 SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

vida e costumes; mas, pois, ao presente não é possível...”¹³. As comunidades indígenas eram dinâmicas e estavam em constante transformação, com o surgimento e a reinvenção de identidades étnicas, um processo conhecido como etnogênese. O nome “Rodelas” passou a ser utilizado para designar essa região, homogeneizando sua complexidade étnico-cultural. Essa simplificação facilitou o controle do território pela Coroa Portuguesa, que implementou políticas de urbanização e fragmentação da área.

À medida que pequenas fazendas e povoados começavam a aparecer, a necessidade de uma organização administrativa tornava-se clara. Dessa maneira, o território foi fragmentado em unidades menores, denominadas freguesias, que atuavam como centros administrativos e religiosos, facilitando o controle da população e a expansão da cultura europeia. A Igreja Católica teve uma função vital nesse contexto, ajudando no controle da população e na estruturação social do território. As igrejas erigidas nas freguesias funcionavam como marcos para a comunidade, e ao redor delas, povoados surgiam, evoluindo gradualmente para vilas e cidades. A escolha dos locais para esses povoados era impactada por variáveis como a proximidade de rios e a disponibilidade de terras férteis, que eram fundamentais para a sobrevivência e o crescimento das comunidades.

Nesse período, as terras começaram ser povoadas a partir da concessão das sesmarias, em decorrência também da exploração da terra, por volta da segunda metade do século XVII. De modo mais específico, as sesmarias eram pedaços de terras distribuídos para pessoas que poderiam utilizar em fins produtivos, sua aquisição era feita por meio de notificações a Coroa Portuguesa, órgão responsável por conceder as doações da terra. Esse regime de sesmarias foi adotado com a intenção de diminuir os conflitos existentes sobre as posses das terras e conseguir garantir a apropriação das riquezas presentes nas terras, porém, nem sempre era possível mediar esses conflitos, em alguns momentos os povos indígenas eram forçados a saírem de suas terras.

Durante o século XVII, as sesmarias eram concedidas por diversas autoridades, não existia legislação que proibisse essa prática, as disputas por terras provocavam conflitos com os indígenas.

Para pôr fim às questões de terra no Piauí, entre sesmeiros, índios e posseiros, a Corte Portuguesa em 1774, através de Carta Regia, estabelecia que as terras doadas em sesmarias deveriam medir 3 léguas, o que, no entanto, não impediu a formação de extensos latifúndios e a penetração de uma população livre extorquida pelos sesmeiros que lhe obrigavam pagar 10 mil reis por ano pela posse da terra. Somente em 1795, através de um Alvara do rei D. João VI, regularizou-se, de certa forma, o problema das doações, os muitos abusos e a imensa ganância dos sesmeiros.¹⁴

13 Sousa, Gabriel Soares de, 1971 [1587]. Tratado Descritivo do Brasil em 1587, São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp (Brasiliana 117), p. 338.

14 CASTRO, Carlos Félix Ferreira. História do Piauí. Teresina, 2006, pg. 09.

Até meados de 1696, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó era a única oficializada pela coroa portuguesa¹⁵. Adentrando a historiografia colonial, a paroquia de Cabrobó, que ficava na região de Pernambuco, tem ligação direta com a formação do Piauí, “pois dela derivou a primeira igreja matriz dos seus sertões dedicada à Nossa Senhora da Vitória, núcleo embrionário da futura vila da Mocha e cidade de Oeiras do Piauí”¹⁶.

A criação do curato de Nossa Senhora da Vitória foi formalizada por determinação da Coroa Portuguesa, estabelecendo que a comunidade local seria responsável pela manutenção da igreja e pelo sustento do sacerdote, conforme detalhado por Ennes (1938)¹⁷. Sob a liderança do padre Miguel de Carvalho, os habitantes da região se reuniram para escolher o local ideal para a construção do templo dedicado à Nossa Senhora da Vitória. O brejo da Mocha foi o sítio selecionado, considerado conveniente devido à sua localização centralizada em relação a outros povoados, à sua topografia plana e à proximidade de importantes cursos d’água, como o rio Canindé e o riacho da Mocha, como relatado por Arraes (2016).

A escolha do brejo da Mocha como local para a igreja reflete a importância da localização estratégica na organização religiosa e social da região, levando em consideração tanto a acessibilidade para os fiéis quanto a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a comunidade.¹⁸

A instalação de novas vilas no Brasil colonial seguia um conjunto de normas, conforme detalhado por Delson (1997). Inicialmente, escolhia-se o local da praça principal, onde se erguia o pelourinho, símbolo do poder português. O passo seguinte era a definição do espaço para a igreja, ponto de encontro e referência para a comunidade. A partir desses marcos, determinavam-se os locais para os prédios da administração (câmara) e da justiça (cadeia), além de outras construções públicas. Os terrenos para as moradias eram demarcados em alinhamento reto, e as fachadas das casas deveriam seguir um padrão, demonstrando a intenção de uniformizar a paisagem urbana.

Na freguesia em questão, Thomé de Carvalho e Silva foi nomeado o primeiro sacerdote, participando ativamente da transformação da região. Ele contribuiu para a construção da igreja Matriz, utilizando materiais simples, como relatado por Arraes (2016). Esse processo de fundação de vilas revela a tentativa da Coroa Portuguesa de impor um modelo de organização urbana que refletisse seus valores e assegurasse o controle do território. A centralidade do pelourinho e da igreja nas vilas ilustra a importância da justiça e da religião na sociedade colonial.

15 ARRAES, E. D. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697 – 1761. Anais do museu paulista: história e cultura material, v. 24, p. 261.

16 ARRAES, E. D. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697 – 1761. Anais do museu paulista: história e cultura material, v. 24, p. 261.

17 ENNES, E. As guerras nos palmares. Rio de Janeiro: 1938.

18 MOREIRA, Amanda Cavalcante. A moradia urbana do Piauí do Século XIX. 2021. 308p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

Adentrando a historiografia brasileira, pode-se salientar que o Piauí, foi uma das últimas a ser ocupado da região nordeste pelos portugueses. Entretanto, se faz necessário explicitar que o sertão piauiense já era habitado pela presença indígena de diversas etnias, possuindo culturas, língua e costumes diferentes. Esse processo ocupacional foi impulsionado pela procura de terras para criação do gado e pelo processo de dominação portuguesa.

Para entender como se deu o processo de ocupação do território Piauiense, assim também do que vem a se chamar nordeste, buscarei para tal entendimento tecer como base de análise a relação entre três fatores: as guerras contra os gentis, a criação de gado e como resultante dos já mencionados, a necessidade da expansão dos domínios portugueses.¹⁹

Esse processo de ocupação foi marcado por violência, como demonstra o autor da citação. Nesse momento, as terras funcionavam também como corredor migratório de tribos indígenas, muito utilizado para conhecimento da região.

Até a década de 1660, aproximadamente, a região assemelhava-se a um corredor migratório. Os transeuntes estavam preocupados na busca do indígena, na descoberta de minério e no conhecimento geográfico da área. Por essas razões, nenhum interesse demonstrava em se fizeram definitivamente no local.²⁰

Observando a historiografia, a concessão das sesmarias, de certo modo, foi uma das causas dos conflitos entre tribos indígenas e colonos, o que ocasionou enorme destruição territorial e humana. Apesar das guerras, a família Ávila consolidou-se no território, participando de forma direta na formação da futura capitania do Piauí. Segundo o autor Mott (1985) a atividade criatória se tornou uma das responsáveis pela definição da ocupação, formação do solo e também da distribuição dos colonizadores por todo sertão.

Um dos rendeiros da família Ávila era o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense ou Sertão, o qual liderou uma das frentes de penetração nos Sertões do Piauí, tornou-se um dos primeiros colonizadores daquelas terras. No início da década de 1670 instalou-se Mafrense no Vale do rio Canindé e dali expandiu-se para metade do que viria a ser o território piauiense, onde funda, principalmente nas margens dos rios Canindé e Piauí, cerca de 30 fazendas de gado, a maioria delas confiadas a administração de vaqueiros.²¹

Domingos Mafrense destacou-se como um dos pioneiros na concessão de sesmarias no Piauí, introduzindo a criação de gado na região. Suas propriedades rurais desempenharam um papel crucial na integração da economia local com o mercado regional do Nordeste. Para atender às demandas de suas extensas fazendas de gado, Domingos Sertão recorreu ao trabalho escravo, contribuindo para a consolidação de uma

19 LIMA, Ariani de Oliveira. Projetos coloniais e administração portuguesa na capitania de São José do Piauí, século XVIII. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

20 Brandão, Tanya Maria Pires. O escravo na formação social do Piauí: perspectivas históricas do século XVIII. Teresina – Editora da Universidade Federal do Piauí. 1999, pg. 42.

21 ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. Geosul, Florianópolis, v. 18, n.36, jul/dez. 2003, pg. 59.

estrutura social marcada pelo domínio econômico dos grandes proprietários de terra e pela exploração da mão de obra escrava.

Pode-se perceber, de acordo com a historiografia piauiense que as famílias D'Ávila e Mafrense foram as primeiras a deterem a posse legal das terras no Piauí, acumulando vastas extensões de terra e alcançando grande poder na região. No entanto, é importante ressaltar que muitos outros indivíduos desbravaram o território sem receber o mesmo reconhecimento que esses grupos proeminentes.

Conforme os primeiros relatos da capitania do Piauí, não se pode atribuir a conquista daquelas terras a um seleto grupo de desbravadores, associados a Casa da Torre. Na realidade, tal feito é de quase inteira responsabilidade de pessoas anônimas, especialmente arrendatários, vaqueiros que, correndo riscos de suas vidas adentraram nos sítios em busca de novas terras as quais posteriormente eram repassadas aos seus tradicionais donatários, ficando em prejuízo os verdadeiros conquistadores.²²

As péssimas condições de vida no Sertão, levava muitos donos de terras a não residirem em suas propriedades de gado, delegando a administração aos vaqueiros. Domingos Afonso Mafrense é um exemplo notável, já que, apesar de possuir vastas fazendas de gado no Piauí, escolheu viver na Bahia, deixando suas propriedades sob os cuidados de vaqueiros. A administração direta pelos proprietários era uma raridade em todo o sertão nordestino, conforme observado por Mott (1985).

Após a morte dele em 1711, suas terras passaram para a administração dos jesuítas, sendo posteriormente confiscadas pela Coroa Portuguesa e renomeadas como Fazendas do Real Fisco. Segundo Lima (2007), Sertão desempenhou um papel crucial na ocupação do território piauiense e na introdução do trabalho escravo na sociedade local. Nunes (1966) argumenta que a ausência de centros urbanos no Piauí não se devia à falta de povoados, mas sim à escassez de pessoas dispostas a residir neles.

O isolamento era uma característica marcante da vida piauiense, devido à falta de comunicação e às grandes distâncias entre as fazendas. A população dedicava-se quase que exclusivamente ao trabalho. Lima (2007) observa que essas distâncias, paradoxalmente, favoreciam a expansão dos domínios dos fazendeiros, resultando na formação de grandes latifúndios.

A água também teve seu papel de relevância no processo de ocupação das terras do Piauí, foi responsável por direcionar a população aos sítios. A presença da água ao redor das fazendas influenciou a estruturação das atividades humanas. A indisponibilidade da água foi crucial para a expansão da pecuária, as terras próximas aos rios permitiram o desenvolvimento da agricultura de subsistência. Os fatores naturais, em particular a ocorrência da água, tão preciosa neste território semi-árido, tem um papel relevante. E sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana. No São Francisco, nos rios do Piauí, e do alto maranhão. Intercalando

22 ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. Geosul, Florianópolis, v. 18, n.36, jul/dez. 2003, pg. 60.

estas regiões mais favoráveis extensos desertos a que somente as vias de comunicação emprestam algumas vida [...] as “cacimbas” (poços d’água) congregam quase todo o resto do povoamento e resiste mais as secas prolongadas, bem como onde ele é mais acessível aos processos rudimentares de que dispõe a primitiva e miserável população local, o povoamento se adensa. “Olho d’água” é uma designação que aparece frequentemente na topónímia do interior nordestino: a atração do líquido é evidente.²³

A entrada de colonizadores no Piauí foi fortemente influenciada pelos rios, com o Parnaíba sendo a principal porta de acesso e outros rios como Poti, Canindé e Gurgueia também desempenhando papéis importantes. A maioria da população optava por viver perto dos rios, construindo fazendas e currais o mais próximo possível da água para facilitar o manejo do gado.

Lima (2007) destaca que o interesse dos colonizadores na criação de gado era motivado pela venda dos animais, e para aumentar a produção, eles precisavam de grandes áreas de terra. Sem essas áreas, a produção de gado seria limitada, prejudicando a economia.

O caráter ruralista da sociedade piauiense predominou durante os anos setecentistas, vez que os moradores se achavam dispersos pelos latifúndios, sem núcleo demográfico de grande importância. Esse quadro, além de favorecer a consolidação do poderio dos grandes senhores, dificultava a administração da justiça e arrecadação dos impostos. Tornando-se então necessária a centralização do poder político-administrativo e a formação de centros urbanos.²⁴

A autora destaca que a forte concentração de poder nas mãos dos grandes proprietários rurais dificultou a administração da região. A falta de centros urbanos impedia um governo eficiente e atrapalhava a aplicação de leis e impostos. Diante disso, surgiu a necessidade de centralizar o poder administrativo e incentivar a criação de cidades. A fundação de vilas e cidades, além de facilitar a administração pública, também promoveria um desenvolvimento mais equilibrado e integrado, permitindo que a região superasse a estrutura fragmentada e rural que existia até então. Esse processo era visto como uma forma de promover um crescimento organizado e sustentável, além de fortalecer a presença do governo na região.

Os donos de terra eram a classe mais valorizada da sociedade, e o valor das fazendas era medido pela quantidade de bezerros que nasciam a cada ano. Por outro lado, os trabalhadores das fazendas, como vaqueiros, escravos e agregados, não possuíam terras e só tinham acesso às fazendas através do seu trabalho. Esses trabalhadores sofriam com a violência e os abusos do sistema escravista da época, cometidos pelos seus patrões.

23 PRADO JR. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 67.

24 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. O escravo na formação social do Piauí: perspectivas históricas do século XVIII. Tesma – Editora da Universidade Federal do Piauí. 1999, p. 94.

No século XVIII, houve a tentativa de tornar o Piauí uma província autônoma e independente. Carlos Eugênio Porto, através de pesquisa profunda sobre os acontecimentos desde o período colonial até a chegada da República, afirma que a “Carta Régia de 19 de junho de 1761 elevava aos foros de cidade e capital, a vila da Mocha, subindo à categoria de vila as oito povoações paroquiais existentes no Piauí”.²⁵ Este fato não se mantém isolado, bem como não se constitui como um evento único, contemplando outros acontecimentos e tentativas para a independência da capitania.

As tentativas e petições em busca da independência não possuíam somente caráter administrativo, mas afetava principalmente a economia, visto que o Piauí ainda fazia parte da jurisdição da província do Maranhão. Após a concessão feita pela Carta Régia, o primeiro governo administrativo da província se consolidou por meio da figura do brigadeiro João Pereira Caldas.

No cenário político e administrativo, João Pereira Caldas se constituiu como uma figura importante na conjuntura piauiense. O governador do Piauí nasceu “na paróquia de São Salvador do Cambori, termo da Monção, da comarca de Valença, em Portugal, no dia 4 de agosto de 1720”.²⁶ Segundo Monsenhor Chaves, o pai de João Pereira Caldas era o brigadeiro Gonçalves Pereira Lobão, que veio para comandar a comarca de Belém. Posteriormente, conseguiu ascensão e passou de praça para major.

A criação da Capitania de São José do Piauí, embora envolva o ano de 1758, como citado anteriormente, exige uma análise mais detalhada para uma compreensão precisa do contexto histórico, pois, a partir dos eventos que levaram a sua formação, podemos observar os processos que culminaram na historiografia. A Capitania do Piauí foi inicialmente estabelecida em 1718, separando-se da Capitania do Maranhão. No entanto, a efetivação dessa criação, com a posse de João Pereira Caldas, ocorreu somente em 1758. Desse modo, podemos salientar que somente ano de 1758 foi oficializado a criação da capitania de São José do Piauí, iniciando assim, através de Carta Régia os trabalhos para conhecimento do local e povoamento da vila da mocha²⁷. Nunes (2007) demonstra uma descrição da província do Piauí a partir das palavras de um cronista que o nome não é citado pelo historiador:

A sua principal povoação e cabeça da comarca é a vila da Mocha. Tem um ouvidor Ministro de letras, que é Corregedor da Comarca, Provedor da Fazenda Real, Defuntos e Ausentes, e tem os mais cargos de justiça. Tem dois juízes ordinários, vereadores e mais Ministros de que se compõem as Câmaras. No Militar tem vários oficiais de ordenança. Dizem que S. Maj. criou agora em 1758 um governador para a governar e lhe pusera quatro companhias de soldados pagos. Está situada esta vila em 7 graus austral e 335 de longitude no meio da Capitania e Sertão do Piauí a qual se compõe de vastíssimas campinas de gado vacum e cavalar, e é o seu principal comércio, e daqui se

25 PORTO, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Teresina: Artenova, 1974. p. 97.

26 CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 422.

27 COSTA, A. F. P. Cronologia histórica do estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

provê de carnes a maior parte do Brasil e Minas, e poderia prover uma grande parte da Europa se fosse fácil a sua condução. Os seus principais ramos de comércio são nas barras de Parnaíba e Camocim e Caracu onde vêm muitos iates e sumacas de Pernambuco a fazer comércio em carnes secas e couros; e outro é no Parnaguá onde vêm muitos comerciantes de gados a compra-los para os levarem dali para as Minas Gerais e Praças do Brasil [...] Além da povoação principal da Mocha tem muitas freguesias em paragens onde os moradores vivem mais juntos como são as freguesias de N. S. do Livramento de Parnaguá, S. Antônio da Gurgueia, N. S. da Vitória da Mocha, N. S. da Conceição dos Aroás, S. Antônio do Surubim, N. S. do Carmo da Piracuruca, N. S. Parnaíba, e outros. Além disso, ainda que a Capitania do Parnaíba é falta de povoações formadas, não há falta de povoadores que moram e vivem dispersos em suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação uma grande extensão de terras De sorte que se os seus moradores se unissem em povos bastariam para formar várias cidades e vilas. Provê-se a dita Capitania de fazendas da Europa, comumente do Maranhão onde as vem buscar com o dinheiro que lhe produz o gado vacum e cavalos que vendem, ou levam às Minas e praças do Brasil. Já disse que esta Capitania é sujeita no espiritual ao Bispo do Maranhão, e no temporal ao General do mesmo Estado, e só as contendas das justiça cível e crime vão por apelação para a relação da Bahia e no mais tudo depende do Maranhão.²⁸

Observando a Carta Régia de 1761, podemos perceber os motivos da Coroa Portuguesa para a fundação de vilas no Piauí, evidenciando a situação precária da região na época. O principal problema apontado era a dispersão da população, que vivia em áreas muito distantesumas das outras. Essa dispersão gerava diversos problemas, afetando negativamente a organização social, o desenvolvimento econômico e comercial, e a presença da Igreja Católica.

Para resolver essa situação e impulsionar o desenvolvimento da Província, a Coroa Portuguesa decidiu criar vilas. Mas, era preciso também garantir que as pessoas se fixassem nesses novos centros urbanos. Para isso, o governo ofereceu incentivos como a isenção de impostos e a distribuição de terras, demonstrando a importância da concentração populacional para o progresso da região²⁹.

Nunes (2007) fala sobre os desafios da consolidação urbana no Piauí colonial. Após a transformação de diversos povoados em vilas, os fazendeiros locais foram incentivados a construir residências nas áreas urbanas. No entanto, muitos não cumpriram o acordo, demonstrando a relutância em abandonar o estilo de vida rural. Essa situação revela a dificuldade em estabelecer um modelo urbano na região, apesar dos esforços oficiais. A preferência pela vida no campo e a resistência em se adaptar à vida nas vilas podem ter sido influenciadas pela forte ligação dos fazendeiros com suas propriedades rurais.

28 NUNES, O. Pesquisas para a história do Piauí. Teresina: FUNDAPI, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p. 134-135.

29 ARRAES, E. D. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697- 1761. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 24, 2016.

CONCLUSÃO

Valorizar a história do Piauí é um gesto de resistência e reconstrução de memórias que foram, por muito tempo, negligenciadas. Ao reconhecer a importância da história local, contribuímos não apenas para o fortalecimento da identidade cultural piauiense, mas também para a ampliação do panorama historiográfico nacional. As trilhas percorridas nas pesquisas revelam um território rico em narrativas, personagens e acontecimentos que merecem visibilidade e reconhecimento. Assim, escrever e pesquisar sobre o Piauí ultrapassa os muros da academia, sendo um ato de compromisso social e político com as gerações presentes e futuras. Investir na documentação, difusão e ensino da história piauiense é garantir que a memória coletiva do estado se mantenha viva, acessível e em constante construção.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. EDUSC, 2007.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. 4. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015. p. 84.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. Geosul, Florianopolis, v. 18, n.36, jul/dez. 2003.
- ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *O poder e a seca de 1877 a 1879 no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.
- ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.
- ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697 – 1761. Anais do museu paulista: história e cultura material, v. 24. 2016.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de contato no Piauí oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. *Vozes, Pretérito e Devir*, Teresina, ano 1, v. 1, n. 2, p. 309-324, 2013.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- Brandão, Tanya Maria Pires. O escravo na formação social do Piauí: perspectivas históricas do século XVIII. Teresina – Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRUNO, Ernani Silva. Apontamentos sobre a região. In: RIEDEL, Diaulas (org.). *O sertão, o boi e a seca*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1959.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. t. 1. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949. p. 85. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/78>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CASTRO, Carlos Félix Ferreira. História do Piauí. Teresina, 2006.

CHARTIER, Roger. A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, José de Araújo. Relatório do presidente da província do Piauí. 1878.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Cronologia histórica do estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA, Francisca Raquel da. Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888). Doutorado (Tese em História) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

DELSON, Roberta Marx. Novas vilas para o Brasil Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DOMINGOS NETO, Manuel. Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

ENNES, Ernesto. As guerras nos palmares. Rio de Janeiro: 1938.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: edição fundo de cultura, 1959.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. *Degredados da seca: políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879)*. Dissertação – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Teresina, 2022.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870- 1970)*. Brasília: Ed. UnB, 1993.

LIMA, Solimar Oliveira. Fazenda: pecuária agricultura e trabalho no Piauí escravista (sec. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016.

LIMA, Ariani de Oliveira. Projetos coloniais e administração portuguesa na capitania de São José do Piauí, século XVIII. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

MACHADO, Francisco Xavier. Memória relativa das Capitanias do Piauhy e Maranhão. Revista IHGB, Tomo 17, 1854.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MAVIGNIER, Diderot. No Piauí, na terra dos Tremembés. Parnaíba: 2005.

MENDES, Felipe. Formação econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. A moradia urbana do Piauí do Século XIX. 2021. 308p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

MOTT, Luiz. Piauí colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, 2007.

NUNES, O. Pesquisas para a história do Piauí. Teresina: FUNDAPI, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional 1830-1889*, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Teresina: Artenova, 1974.

PRADO JR. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RICOEUR, Paul. “La marque du passé”. In: *Revue de Métaphysique et de morale*, nº 1, 1998.

RIOS, Kênia de Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROCHA POMBO, José Francisco de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, 1922.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. Evolução histórica da economia piauiense. Teresina: Academia piauiense de letras, 2001.

SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. *História do Piauí*. 2. ed. Teresina: Halley; Zodíaco, 2018.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Emigrados do sertão: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891), 2022.

SILVA, Rodrigo Caetano. Leis, mortes e fugas: o processo de abolição da escravidão e a entrada dos imigrantes no Piauí (1872 – 1887). Belém: Universidade Federal do Pará-UFPA, 2022.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, Tempo e História. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART Philippe. *Questões para a História do Presente*. Bauru: Edusc, 1999.

SOUZA, Gabriel Soares de, 1971 [1587]. Tratado Descritivo do Brasil em 1587, São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp (Brasiliana 117).

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2000.

THOMPSON, Edward Paul. *The Making of the English working class*. Nova Iorque: Pantheon, 1956.